

Sob a presidência do senador Humberto Lucena, a Comissão da Reforma Político-Partidária (foto) aprovou ontem o fim dos dois turnos nas eleições de governadores e de prefeitos, já em 1998, mas manteve a eleição em dois turnos para presidente da República. A proposta será submetida ainda à Comissão de Justiça do Senado, antes de ser apreciada pelo plenário. Página 8



## Mudanças na Lei das S/A protegem pequenos acionistas

O plenário do Senado aprovou ontem mudanças na Lei das Sociedades Anônimas e na lei que criou a Comissão de Valores Mobiliários, as quais vão facilitar os processos de privatização, proteger mais os acionistas minoritários e aumentar o poder de fiscalização e as multas aplicadas pela CVM. As multas poderão chegar a R\$ 500 mil. O projeto, aprovado antes pelos deputados, será encaminhado à sanção presidencial.

O senador José Serra (PSDB-SP), relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos, enumerou em plenário as principais mudanças. Entre elas está a ampliação dos direitos de quem tem ações preferenciais (sem direito a voto). Com a alteração, os dividendos dos acionistas detentores dessas ações passam a ser de valor 10% maior que os dividendos distribuídos a quem tem ações ordinárias (com direito a voto).

Outra mudança considerada importante prevê que os acionistas preferenciais passarão a ter competência para a convocação de assembléia geral e da assembléia de instalação do conselho fiscal.

# Senado aprova estímulo à pesquisa agrícola

*Lei de Cultivares, que prevê certificado de proteção a novas sementes e plantas, é uma versão da Lei de Patentes para o campo*

O plenário do Senado aprovou ontem projeto que institui a chamada Lei de Proteção de Cultivares, que autoriza o governo a conceder certificado de proteção a toda nova semente ou planta. Com a lei, o pesquisador ou empresa de pesquisa que desenvolver uma nova semente terá o direito de produzi-la para venda durante 15 anos. Se for uma planta frutífera, a proteção será por 18 anos. O projeto, no entanto, permite que pequenos produtores reproduzam a nova semente ou planta para uso próprio.

- Essa lei vai ajudar em muito a agricultura brasileira, pois

permitirá o lançamento de novas sementes, mais produtivas e mais resistentes a doenças - afirmou o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. "Haverá um grande estímulo às pesquisas", completou Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator na Comissão de Educação.

Para o senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Lei de Proteção de Cultivares, que, em razão de alterações feitas pelo Senado, voltará ao exame dos deputados, complementa a Lei de Patentes. Destacou que o Brasil tem apenas até o dia 29 deste

mês para aderir à convenção de 1978 da União Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV). Caso contrário, o agricultor pagará mais caro pelas sementes protegidas por certificado.

Jonas Pinheiro informou ao plenário, ao defender o projeto, que vários pesquisadores e empresas de pesquisas conseguiram sementes mais produtivas e mais resistentes a doenças, mas não têm coragem de comercializá-las no Brasil, por causa da pirataria. Com a nova lei, essas sementes poderão estar à disposição dos agricultores com rapidez.

Marina Silva (PT-AC), apesar de reconhecer que os relatores aceitaram muitas emendas de parlamentares de oposição, recomendou voto contrário, argumentando que o Brasil não precisa aderir à convenção de 1978 da UPOV. No final, o projeto foi aprovado com votos contrários de quase todo o Bloco Oposição.

## NESTA EDIÇÃO

**Senadores comentam decisão do STF**

Página 3

**Cabral lança livro com legislação sobre a água**

Página 5

## Suassuna busca maior rapidez no Orçamento de 98

O senador Ney Suassuna (PMDB - PB) apelou aos membros do Congresso Nacional e ao Executivo para que o Orçamento Geral da União do ano vindouro seja o mais próximo possível da realidade. Segundo o senador, o fato de o Orçamento ter sido, até agora, apenas autorizativo e não deliberativo, mostra que ele "sempre foi mais ficção que realidade".

- Nunca teremos um orçamento sério, real, enquanto este não for deliberativo. E nós, senadores e deputados, devemos agir junto ao Executivo para que o Orçamento seja enviado ao Congresso o mais cedo possível - frisou.



Suassuna

## CCJ examina emenda que uniformiza prazo de prescrição de direitos

A Proposta de Emenda Constitucional nº 64, que uniformiza o prazo de prescrição de ações trabalhistas entre trabalhadores rurais e urbanos, voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise de emenda apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Para o senador petista, ao fixar a imprescritibilidade das ações contra empregadores rurais, os constituintes deveriam em conta as profundas diferenças entre trabalhadores urbanos e rurais, intenção que o senador pretende manter.

Segundo o senador Osmar Dias (PSDB-PR), autor da

proposta, o dispositivo constitucional tencionava beneficiar os trabalhadores rurais, mas, de fato, transformou-se em fonte de desemprego. "Inseguros com o amontoado de ações trabalhistas, os empregadores passaram a ocupar mão-de-obra avulsa", disse.

### MEDIDAS PROVISÓRIAS

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a proposta de emenda à Constituição que estabelece novos critérios para edição e apreciação de medidas provisórias pelo Poder Executivo será votada na próxima quarta-feira, dia 16.

## ACM discorda de compras sem licitação

Indagado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou em plenário que se manifestou contrário a uma compra, sem licitação, pretendida pelo Ministério da Aeronáutica. A posição de ACM foi apresentada em reunião do Conselho de Defesa Nacional.

Conforme nota na coluna *Brasil* - DF, do *Correio Braziliense* de ontem, o Ministério da Aeronáutica pretendia comprar material para reequipar aviões F-5, no valor de R\$ 200 milhões.

Suplicy solicitou ainda a ACM que esclarecesse a destinação de dinheiro para funcionamento da CPI dos Precatórios. "Se for necessário, eu, em nome da Mesa do Senado, propiciarei os recursos necessários, dentro do processo de racionalidade", disse.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

### PLENÁRIO

Segunda-feira (14.04.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Terça-feira (15.04.97)

11h - Sessão Especial

Pauta: Homenagem ao centenário da Academia Brasileira de Letras.

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimento nº 217/97, que solicita a designação de comissão para representar o Senado no III Encontro Empresarial das Américas e na III Reunião de Ministros de Comércio das Américas; e \*Projeto de Resolução nº 39/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo destinada ao financiamento do projeto de duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

Quarta-feira (16.04.97)

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDL nº 110/96, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América; \*PDL nº 12/97, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre o Brasil e a Argentina; \*PDL nº 17/97, que aprova o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Brasil e a China; e votação em primeiro turno das \*PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias.

Quinta-feira (17.04.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (18.04.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Terça-feira (15.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e votação da \*PEC nº 04/97, que trata da reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; e \*PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (16.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; e \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medeiros, sobre o efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Discussão geral sobre o plano de trabalho para o biênio 97/98. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

## Líderes decidem critérios para a TV Senado

Com a alegação de que o assunto pode ter uma conotação política, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, transferiu ontem às lideranças partidárias a decisão sobre requerimento de informações dirigido à Mesa pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), referente a transmissão, pela TV Senado, de conversas preliminares de senadores antes do início oficial da reunião do último dia 4 da CPI dos Precatórios.

O requerimento foi motivado por notícia do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o episódio. Távola quer saber se há fita gravada da reunião, se a Mesa examinou o teor das conversas preliminares e em que termos elas foram desenvolvidas. Caso não exista fita, o senador pede que uma cópia seja solicitada ao jornal.

## CPI DOS PRECATÓRIOS

## ACM defenderá posição do Senado junto ao Supremo

*Liminar que garante sigilo de ex-funcionário suspeito de lucrar com esquema de comercialização irregular de títulos repercute na Casa*

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, enfatizou ontem que cumprirá com os deveres de seu cargo, adotando todas as medidas necessárias à defesa dos direitos da instituição, inclusive quanto à quebra de sigilo, "para que não percamos um direito que é nosso". Ele fez o comentário ao tomar conhecimento da decisão do Supremo Tribunal Federal de conceder liminar em *habeas corpus* impetrado pelo ex-funcionário da prefeitura de São Pau-

lo Pedro Neiva Filho, sob investigação da CPI dos Precatórios.

Antonio Carlos disse que vai agir de acordo com o presidente da CPI, Bernardo Cabral: "Vou examinar as implicações jurídicas e saber se o presidente da CPI tem algum argumento, ele próprio que é jurista, ou se quer o apoio de outros advogados na causa".

Resvallando que ainda não conhecia em detalhes o teor da decisão, o senador ressaltou que, como não se trata de pronuncia-

mento definitivo, há espaço para a defesa da posição do Senado. Ele garantiu que a Casa prestará os esclarecimentos necessários "para, quem sabe, seja modificada a decisão do Supremo".

Antonio Carlos ressaltou que agirá na condição de presidente da instituição, preservando as prerrogativas do Senado.

- A mim cabe defender a instituição e o direito do Senado de tomar algumas providências em relação a, inclusive, quebra de sigilo - afirmou.

### Decisão é recebida por senadores com serenidade

Os senadores integrantes da CPI dos Precatórios reagiram com serenidade à liminar concedida pelo ministro Carlos Mário Velloso em *habeas corpus* impetrado pelo ex-funcionário da prefeitura de São Paulo Pedro Neiva. Suspeito de integrar o grupo que lucrava na emissão de títulos por estados e municípios para o pagamento de precatórios, Neiva requereu *habeas corpus* para não ter quebrado seu sigilo telefônico, com a alegação de que este é "um direito relativo à intimidade".

- Ainda não vi a decisão do ministro, mas nossa reação é serena. Corre entre os senadores da comissão que, se Pedro Neiva impetrou esse *habeas corpus*, é porque receia muito a ação da CPI. Quem não deve não teme - comentou o presidente da comissão, Bernardo Cabral

(PFL-AM).

Para o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), a comissão dispõe de poderes de uma câmara de investigação criminal e, se esse poder lhe for retirado, ela deixa de ser uma CPI, posição endossada por Roberto Freire (PPS-PE). Na opinião de Freire, a medida liminar será revogada pelo plenário do Supremo, garantindo às CPIs a faculdade de quebrar o sigilo telefônico. Geraldo Melo (PSDB-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também lembraram tratar-se apenas de uma liminar, que poderá ser confirmada ou não quando for examinado o mérito da questão. Josaphat Marinho (PFL-BA) alertou: "Quando se trata de decisão da alta corte de Justiça é preciso prudência em qualquer comentário, para resguardar o tribunal e a própria Constituição".

### Tuma critica "os que tentam desmoralizar"



Tuma

Roméu Tuma (PFL-SP) criticou ontem aqueles que tentam desmoralizar os trabalhos da CPI. Para ele,

"ao invés de procurar destruir o investigador, auxilia quem colabora para a identificação dos responsáveis por falcatruas". Ele ressaltou o apoio que a comissão tem recebido do presidente do Senado e a harmonia existente entre os integrantes da comissão.

Tuma disse que a CPI permitiu a identificação de dezenas de "empresas de fachada" e suas operadoras no mercado financeiro, e esclareceu o esquema de compra dos títulos públicos pelos fundos de pensão e bancos, além do mecanismo utilizado para a entrada e saída do dinheiro do país. Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, apoiou o discurso de Tuma.

### Valadares contesta opinião de FHC sobre CPI dos bancos



Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que a CPI dos bancos, por ele proposta e que não chegou a ser instalada, tinha

por objetivo "dar um parapeito às fraudes praticadas anos a fio pelas grandes bancas".

Ele lamentou que o presidente da República, em "entrevista inoportuna e desconcertante" à revista *Veja*, tenha avaliado que os defensores da CPI buscavam atingir seu governo. Segundo Valadares, a revelação, naquela época, de que pelo menos 75% das operações de crédito do Banco Nacional eram fictícias, justificavam a CPI.

### Suplicy comenta entrevista publicada pela revista *Veja*



Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem surpresa quanto às declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso em favor

da constituição de uma CPI do sistema financeiro, afirmando que o presidente havia obstruído tentativa do Congresso nesse sentido, no ano passado.

Suplicy se referiu a entrevista concedida pelo presidente à revista *Veja* desta semana, na qual Fernando Henrique alega que, naquela ocasião, não havia motivos concretos para a CPI, além do objetivo de prejudicá-lo, e aponta para a inexistência de investigação específica de crimes no sistema financeiro na época.



Jefferson Peres

## Para Jefferson, Parlamento deve apoiar mudanças

"As maiores esperanças de modernização e crescimento do país estão hoje depositadas na figura de Fernando Henrique Cardoso", afirmou o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), parafraseando o sociólogo Alain Touraine, no prefácio do livro *Le Brésil du Possible*, da escritora francesa Brigitte Hersant-Leóni sobre a vida do presidente do Brasil. A obra será lançada em julho na França, segundo informou o senador.

Jefferson Peres disse concordar com Touraine e conclamou os congressistas a participar "dessa oportunidade histórica", votando com brevidade tanto as reformas constitucionais que tramitam no Congresso como as privatizações e concessões de serviços públicos. "As hesitações, procrastinações que até o momento têm marcado o processo de reformas estruturais são o cerne das dificuldades que desvirtuam os anseios legítimos da maioria da população", afirmou.

Na opinião do senador, o presidente da República não é, como afirmam seus opositores, o "sociólogo de ontem que hoje prega uma política de globalização". A seu ver, como sintetizou Alain Touraine no citado prefácio, "Fernando Henrique pode ser entendido por três etapas da sua vida: a do sociólogo da dependência e do desenvolvimento, a do defensor da democracia contra o autoritarismo e a do ministro e presidente".

# Indústrias de base prestam homenagem a Antonio Carlos

*Abdib reconhece apoio do presidente do Senado ao processo de reformas constitucionais e modernização do país*

No dia 14 de maio, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib) prestará, em Brasília, uma homenagem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em reconhecimento ao apoio que o senador vem dando ao processo de reformas constitucionais e modernização do país. A informação é do presidente da associação, José Augusto Mar-



Diretores da Abdib conversam com o presidente do Senado

ques, que foi recebido ontem pelo senador.

Segundo José Augusto Marques, o presidente do Senado manifestou satisfação com as perspectivas de engajamento

crecente dos empresários nos setores básicos de infra-estrutura e com o otimismo gerado a partir das definições do Legislativo em torno dos órgãos reguladores.



Parlamentares neozelandeses são recebidos por ACM

## Neozelandeses querem estreitar laços com Brasil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem delegação de parlamentares da Nova Zelândia, tendo à frente Hon Doug Kidd, presidente do Legislativo daquele país. O chefe da missão destacou o interesse neozelandês em estreitar relações com os países do Mercosul, e em particular com o Brasil. Ele anunciou para junho a vinda dos ministros das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio, para dar consequência prática a esse objetivo político e econômico.

Antonio Carlos reportou-se ao conjunto de reformas constitucionais já aprovadas pelo Congresso e aos refle-

xos positivos dessas mudanças na atração de investimentos estrangeiros para a economia nacional. O presidente do Senado acentuou, também, o esforço de valorização do Parlamento brasileiro e sua preocupação com a necessária harmonia entre Legislativo e Executivo, a fim de se avançar com mais eficiência no trabalho de modernizar o país e reduzir o gigantismo do Estado.

Antonio Carlos reafirmou sua convicção de que as mudanças destinadas a modernizar o país incluirão, além das reformas administrativas e previdenciárias, revisões importantes nos campos tributário e político.

## Bianco destaca visita de FHC a Porto Velho

O senador José Bianco (PFL-RO) anunciou ontem a viagem do presidente Fernando Henrique



José Bianco

Cardoso a Porto Velho, amanhã (dia 12), para a inauguração do terminal graneleiro da capital de Rondônia. O porto integra o sistema de transporte dos rios Madeira e Amazonas.

Na opinião de Bianco, o aproveitamento do potencial hidroviário entre Porto Velho e Itacoatiara (AM) "se constituiu na redenção da economia, não apenas para Rondônia e estados vizinhos, mas também se projeta na grande perspectiva de profundas transformações econômicas para toda a região".

- A Amazônia Ocidental passa a ter, a partir de agora, maior atenção das autoridades federais no tocante a créditos agrícolas e também para a agroindústria - disse.

## Ronaldo ressalta êxito da educação na Paraíba



Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) saudou o êxito do programa educacional do governo da Paraíba, demonstrado pelos dados sobre analfabetismo da Fundação IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Segundo ele, o projeto "Chamada Escolar" ofereceu plenitude de vagas para a população em idade escolar e deu prioridade à educação de jovens.

De acordo com Ronaldo Cunha Lima, a taxa de analfabetismo na Paraíba, entre 1991 e 1995, caiu de 30,4% da população para 17,3%, sendo que, no campo, a taxa baixou de 45,7% para 26,7%. "Esses resultados são originários de um trabalho que tinha, no campo social, uma meta prioritária", salientou.

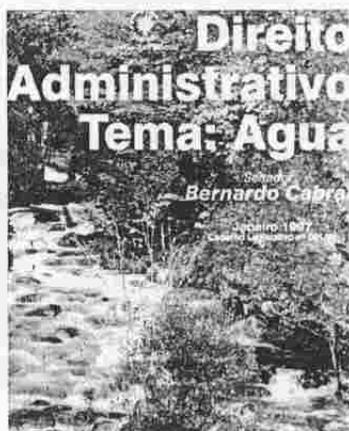


Antonio Carlos destacou a obra de Cabral como de importância especial para os nordestinos

## Cabral lança livro com toda a legislação do país sobre a água

*Congresso está "mais uma vez na vanguarda da coleta de informações", diz a ministra interina do Meio Ambiente*

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lançou ontem, na Biblioteca do Senado, o livro *Direito Administrativo - Tema: Água*, como parte do projeto Quintas Culturais, promovido pela biblioteca. Com 668 páginas, o livro contém toda a legislação brasileira referente ao uso da água - dispositivos da Constituição, leis, decretos, portarias -, além de tratados internacionais sobre o assunto.



Obra inclui tratados internacionais

O evento contou com a presença do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, do governador do Amazonas, Amazonino Mendes, da ministra interina do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Aspásia Camargo, e dos senadores José Sar-

do-se de "um presente do Senado Federal" aos estudiosos do problema do uso da água. Segundo o senador, o ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal considerou o livro "a obra mais completa sobre o tema".

Por sua vez, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou que a obra é um elemento a mais para o conhecimento de um assunto muito importante para o país, principalmente para os nordestinos. A ministra interina Aspásia Camargo elogiou a parceria entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, ressaltando que o Congresso Nacional está "mais uma vez na vanguarda de coleta de informações". Já o governador Amazonino Mendes considerou que a água será a maior riqueza do Brasil no século XXI.

## Benedita defende novas conquistas para domésticos

Benedita da Silva (PT-RJ) refutou ontem críticas a projeto de lei de sua autoria, sobre o empregado doméstico, feitas pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, Antônio Ferreira Barros.



Benedita

Ela reconheceu que o projeto não atende a todas as reivindicações da categoria, mas lembrou ser ele fruto de trabalho com os sindicatos da categoria. Para a senadora, o sindicalista desconhece como se dão os acordos políticos para a aprovação de projetos. Benedita reafirmou sua disposição de luta em torno de novas conquistas para os domésticos com novo projeto seu que se encontra em tramitação na Câmara.

ney (PMDB-AP), Geraldo Melo (PSDB-RN), José Roberto Arruda (PSDB-DF), José Agripino (PFL-RN), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

Bernardo Cabral afirmou que a publicação não tem finalidade comercial, tratan-



Roberto Freire

## Freire sugere exigências para lotes urbanos

Com o objetivo de impedir o uso especulativo de terrenos urbanos, o senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou projeto de lei atribuindo aos municípios o direito de exigir do proprietário o adequado aproveitamento de terreno urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

Segundo a proposição, no caso de o proprietário infringir essa exigência, o terreno estará sujeito a parcelamento ou edificação compulsórios, imposto predial e territorial urbano progressivo e, finalmente, desapropriação.

Roberto Freire esclarece que a proposição regulamenta o dispositivo constitucional que introduz mecanismos por meio dos quais os municípios possam dirigir o desenvolvimento da cidade. A seu ver, a existência de terrenos ociosos nas áreas urbanas é um dos problemas mais comuns enfrentados pelos poderes públicos municipais, especialmente nas grandes cidades:

- Esses terrenos freqüentemente são mantidos vazios, por seus proprietários, para fins de especulação - disse o senador, acrescentando que os especuladores guardam a valorização do terreno, em decorrência da melhoria da infra-estrutura e dos serviços de saneamento, eletricidade e transportes públicos, promovida pelo poder público.

# Simon propõe que os militares façam rodovias e ferrovias

Os batalhões de engenharia e construção e os batalhões ferroviários, do Exército, serão responsáveis pela execução direta de estradas e ferrovias federais, nas regiões em que existam essas unidades militares, se apro-



Pedro Simon

vado projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). O objetivo da medida é minimizar os custos das obras públicas de engenharia e aproveitar "a experiência histórica e o conhecimento técnico" acumulados por esses batalhões.

Conforme o projeto, que acrescenta dispositivos à Lei de Licitação e Contratos, o Ministério do Exército será

previamente consultado sobre a viabilidade de executar qualquer obra, e somente quando a resposta for negativa será permitida licitação.

Pedro Simon justifica a proposta afirmando que os batalhões ferroviários construíram, até setembro de 1996, pelo menos 3.500 km de estradas de ferro, integrando regiões e abrindo fronteiras. Os de engenharia e construção foram responsáveis pela implantação de 11.400 km de rodovias e de 1.800 km de estradas vicinais, além da pavimentação de 5.000 km de estradas e da conservação de outros 6.500 km, acrescenta o senador.



Edison Lobão

## Lobão destaca municipalização da saúde no país

A política de municipalização da saúde anunciada pelo presidente da República foi destacada, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), como uma das formas de resolver a questão da saúde no Brasil. O senador acha que a administração de Fernando Henrique pode encontrar soluções definitivas para o problema.

Depois de lembrar a decisão do presidente de dar absoluta prioridade à questão da saúde no país, em 1997, Lobão disse que, com Carlos César de Albuquerque à frente do ministério, "ampliam-se as perspectivas de que a execução de tal diretriz realmente se efetivará, pois não faltarão talento, dinamismo e vontade política para levar adiante um compromisso tão vinculado ao futuro do nosso país".

Edison Lobão, que lembrou a comemoração do Dia Mundial da Saúde na última segunda-feira (dia 7), afirmou que os problemas da área se multiplicam em todo o Brasil, a começar pela falta de saneamento, criando focos de doença nos quais nascem e tentam criar-se crianças carentes.

- O Brasil não pode mais conviver com o espetáculo de miséria que, mesmo nos grandes centros, se transforma em caldo de cultura para a explosão de doenças que matam ou invalidam crianças e adultos que tanto teriam ainda a oferecer - observou.

## Jucá comunica liberação de verbas para Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso vai liberar hoje, em Roraima, recursos para complementar a pavimentação da BR-174, que liga Manaus à fronteira com a Venezuela. "A saída para a Venezuela é altamente estratégica para a região", disse.

Romero Jucá destacou que o presidente, nessa sua visita a Roraima, vai também assinar os editais de licitação para as obras de transporte de energia, da hidrelétrica de Curí, na Venezuela, para a capital do estado, Boa Vista. "Isso resolverá o grave problema de energia elétrica na cidade", observou.

- São atos da maior impor-



Romero Jucá

tância para viabilizar o desenvolvimento de Roraima e da Amazônia Central - afirmou Jucá.

A visita do presidente Fernando Henrique à região Norte foi saudada, em apertes, também pelos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e José Bianco (PFL-RO).

## Bolívia dá mais um passo rumo ao Mercosul

A Bolívia obteve ontem a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE), do acordo de complementação econômica firmado entre aquele país e o Mercosul durante reunião dos países-membros realizada em Fortaleza, em dezembro do ano passado.

A matéria recebeu parecer favorável de Carlos Wilson (PSDB-PE), que destacou a contribuição do acordo para o aperfeiçoamento do processo de integração continental, lembrando que o Chile foi admitido no Mercosul por meio de protocolo similar.

A comissão aprovou também projeto que regulamenta a cessão de uma companhia de infantaria do Exército para prestar serviços à Operação de Paz das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz). A matéria recebeu parecer favorável de Romeu Tuma (PFL-SP).

Foram aprovados, ainda, mais oito projetos e duas mensagens do Executivo. Entre os projetos, destaca-se a aprovação do acordo para a construção da ponte que liga a cidade argentina de Santo Tomé a São Borja (RS), celebrado entre a Argentina e o Brasil em 1995. A proposição foi relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que ressaltou o empenho do então presidente da República José Sarney para a viabilização da ponte.

Também foram acolhidas as indicações dos nomes dos diplomatas Oto Agridino Maia, embaixador do Brasil na África do Sul, e Affonso Celso de Ouro-Preto, embaixador na Áustria, para acumularem os cargos de embaixadores junto à República de Maurício e à República Eslovaca, respectivamente. As matérias aprovadas pela CRE dependem agora de apreciação do plenário.



O senador Abdias Nascimento (C) lembrou a dívida histórica que o Brasil tem com os angolanos

## CRE apóia novo governo de reconciliação em Angola

*Iniciativa de Abdias Nascimento saúda o fim da "luta fratricida" naquele país e tem o apoio do presidente da comissão, José Sarney*

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem requerimento do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) propondo que o Senado apresente voto de congratulações ao Governo de Unidade e Reconciliação de Angola, que será instalado hoje.

Abdias informou que à solenidade estarão presentes o secretário-geral da ONU e outros líderes africanos. Para o senador, o novo governo significa o fim da luta fratricida que, por décadas, dizimou vidas e causou grandes prejuízos àquele país. Ele lembrou as ligações do Brasil com Angola e a influência que o povo daquele país



Sarney: ações a favor da paz

exerceu sobre a cultura nacional.

- A dívida do Brasil com Angola é muito grande e difícil de pagar. Foi de lá que os portugueses trouxeram os primeiros negros para a escravidão e para colonizar o Brasil - lembrou Abdias Nascimento. A seu ver, o presidente da República acertou ao nomear o diplomata Ivan

Canabrava para representar o Brasil na solenidade de instalação do novo governo angolano. Conforme acentuou, Canabrava conhece em profundidade as questões de Angola.

O senador José Sarney congratulou o autor do requerimento, lembrando que, durante seu mandato na Presidência da República, sempre prestigiou ações a favor da paz e do desenvolvimento de Angola. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ressaltou a importância de o Brasil se voltar para Angola, "onde tem o respaldo popular devido à colaboração que sempre prestou ao país africano". O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também elogiou a iniciativa de Abdias Nascimento.

## "Brasil tem tecnologia para reconstrução"

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) disse ontem que o Brasil precisa contribuir para o processo de recuperação de Angola, país africano que teve sua infra-estrutura arruinada por anos de guerra civil.

Para o senador, o Brasil tem *know-how* e tecnologia que podem ser úteis na reconstrução de Angola, que sinaliza

um período de paz com a posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, marcada para hoje. Ele afirmou que o novo governo angolano deve retomar as obras da barragem da hidrelétrica de Capanda - paralisadas pelos guerrilheiros -, que contava com financiamento e técnicos de uma empresa brasileira. Para Abdias, a barragem deve

resolver as necessidades de energia para a recuperação do país.

- Os laços que nos unem àquele país vão muito além da solidariedade genérica entre povos distantes. Somos, brasileiros e angolanos, muito próximos, seja do ponto de vista geográfico, seja do ponto de vista cultural, humano e até mesmo sanguíneo - disse.

# Comissão acolhe fim da eleição em dois turnos

*Decisão, que ainda será submetida à CCJ, mantém, no entanto, a regra na disputa para presidente da República, segundo a proposta do relator Sérgio Machado*

Por sete votos a dois, a Comissão da Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), aprovou ontem o fim dos dois turnos nas eleições de governadores e de prefeitos, já em 1998, mas manteve a eleição em dois turnos para presidente da República. A decisão será submetida, ainda, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Conforme a proposta do relator Sérgio Machado (PSDB-CE), será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver 45% dos votos, não computados os em branco e os nulos, ou pelo menos 40% e diferença igual ou superior a 15 pontos percentuais em relação ao segundo colocado, cumulativamente. Se nenhum candidato atingir tal votação, será feita nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

De acordo com dispositivo aprovado em reunião anterior, o primeiro turno da eleição presidencial acontecerá no primeiro domingo de outubro, e o segundo turno, no último domingo do mesmo mês.



Humberto Lucena preside a reunião da Comissão da Reforma Político-Partidária

## Mudança gera debate entre senadores

O debate sobre a proposta do relator Sérgio Machado de manter a eleição em dois turnos apenas para presidente da República ocupou todo o tempo da reunião da Comissão da Reforma Político-Partidária realizada ontem. Sérgio Machado afirmou que a prática do segundo turno tem sido inócua nos municípios e estados, sem grandes alterações da vontade do eleitor.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apoiou a proposta do relator, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o segundo turno na eleição de governador e prefeito. José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que a ado-

ção dos dois turnos aprimorou o sistema político e Jader Barbalho (PMDB-PA) afirmou que a eleição em dois turnos não fortalece os partidos.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou que os dois turnos estimulam a chamada micropulverização política, enquanto Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou que o segundo turno possibilita aos eleitores o conhecimento de novas lideranças. Francelino Pereira (PFL-MG) disse que o segundo turno é a oportunidade de extorsão eleitoral - "o que se quer é a indenização dos gastos da campanha" - e Freitas Neto (PFL-PI) manifestou-se de acordo com o relator.

Também foi a favor do relator o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem a eleição em segundo turno é "uma porta aberta à corrupção". José Serra (PSDB-SP), por sua vez, disse que o país viveu muito pouco tempo essa experiência para que sejam feitas modificações na forma da eleição.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a redução do espaço entre um turno e outro. Humberto Lucena considerou um retrocesso a extinção dos dois turnos para prefeito e governador e o senador Romero Jucá (PIL-RR) apoiou o parecer de Sérgio Machado.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, LÚDIO COELHO E CARLOS PATROCÍNIO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Matos

**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade

**Editores** - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação** - Sergio Luiz e Wesley Carvalho

**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

**Revisão** - Lindolfo Amaral e Fernando Vareia

**Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**